

O Programa de Implantação de Micros e Pequenas Agroindústrias no Semi-Árido Paraibano: Instrumento de Inclusão Social

Área Temática de Trabalho

Resumo

Este trabalho relata uma experiência realizada pela Universidade Federal de Campina Grande através do Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido em parceria com a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba denominado Programa de Implantação de Micros e Pequenas Agroindústrias no Semi-Árido Paraibano. Um programa que trata da verticalização da produção agropecuária de base familiar na faixa territorial sujeita às secas periódicas na Paraíba, inserindo-a integralmente na cadeia produtiva, agroindustrializando e comercializando a sua produção. Difundindo - nas localidades do semi-árido paraibano onde atua - transformações substantivas no espaço da agricultura familiar tradicional, com a missão de gerar empregos e renda. Diante das condições sócio-econômicas e políticas que se instalaram na história da agropecuária da região, o programa implementa um novo tempo de realizações à medida que aplica à pequena produção de base familiar dos sertões paraibanos a visão sistêmica do agribusiness, o que faz considerar também os empecilhos burocráticos, políticos e ideológicos como decisivos para o sucesso ou fracasso de quaisquer empreendimentos produtivos. Essas ações levam às comunidades de agricultores familiares uma nova modalidade de acompanhamento, além da técnica, também, é dada a assistência administrativa e mercadológica.

Autores

Carlos Minor Tomiyoshi, Doutor em Eng. Mecânica, UFCG

Vicente de Paulo Albuquerque Araújo, Especialista em Recursos Hídricos, UFCG

Geneceuda Ferreira Monteiro, Especialista Pedagogia, Fundação Parque Tecnológico da Paraíba

Instituição

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Palavras-chave: verticalização; agroindustrialização; agricultura familiar

Introdução e objetivo

Um imenso contingente de homens e mulheres no espaço rural desenvolve atividades agropecuárias, agroflorestais e aquícolas em pequenos empreendimentos de natureza e escala predominantemente familiar. Historicamente, eles têm sido responsáveis pela produção de alimentos, colocados à disposição das populações rurais e urbanas do Brasil. No entanto, foram sistematicamente excluídos dos meios básicos para o seu desenvolvimento humano e tiveram limitados os acessos aos circuitos da inovação tecnológica, créditos e dos mercados nacional e internacional. Os seus talentos e a coragem têm sido fatores responsáveis pela sobrevivência no campo, já que as políticas públicas a eles dirigidas ao longo do tempo, foram escassas e inadequadas. Nos últimos anos, novas características no espaço rural brasileiro têm se revelado. O espaço rural deixou de ser exclusivamente um mundo agrícola. Há uma tendência visível de redução de pessoas ocupadas na agricultura e um aumento no número de residentes no campo com atividades não-agrícolas, apesar da maioria dos domiciliados rurais, ainda, serem predominantemente agrícolas. Observa-se, de uma maneira geral, que há um

redimensionamento da estrutura social de muitas localidades e, conseqüentemente, uma nova interação entre atividades agrícolas e não-agrícolas, no meio rural. O lugar e o papel das unidades de produção familiar deixaram de ser percebidos apenas sob o ângulo das relações de produção agrícola. O desafio fundamental em relação aos agricultores familiares, no Brasil, é o de criar um ambiente institucional favorável à expansão e ao desenvolvimento dos mesmos, de modo a enfrentar os desafios da exclusão que os vem atingindo. Essa exclusão pode ser explicada, principalmente, pelas seguintes condições: o domínio dos lucros das cadeias produtivas do agronegócio pelos agentes industriais e de distribuição, penalizando e inviabilizando os produtores agrícolas de pequena escala; a modernização da agricultura, via intensificação do uso de máquinas e implementos, substituindo a mão-de-obra dos agricultores familiares; e a atuação das agroindústrias integradoras exigindo escala crescente dos integrados ou a sua migração, ou a redução da produção.

O Programa de Implantação de Micros e Pequenas Agroindústrias no Semi-Árido Paraibano insere-se neste contexto como um programa de desenvolvimento no espaço rural onde o cenário é de pobreza e desemprego. Porém, o programa acredita que, nesse espaço, existem vários locais e pessoas com potencial produtivo. E acredita que pode contribuir para a construção da cidadania no campo, a modernização do interior e a segurança alimentar da sociedade brasileira. O seu objetivo é o fortalecimento e a melhoria de vida dos agricultores do semi-árido paraibano mediante à criação de oportunidades de ocupações produtivas, possibilidade de reconversão, geração de renda de forma desconcentrada, uso sustentado dos fatores ambientais, redução da migração campo-cidade, ampliação do acesso aos bens e aos serviços públicos, modernização do processo produtivo e redução das desigualdades sociais.

Metodologia

Localização das agroindústrias - O semi-árido paraibano, que ocupa mais de 70 % do território do Estado da Paraíba, para melhor caracterizar as diferenças de clima, vegetação e solo, é dividido em 6 (seis) meso-regiões. As comunidades e os assentamentos rurais onde o Programa atua estão situadas dentro dessas meso-regiões e mais, dentro da bacia hidrográfica mais representativa: Região do Cariri - Bacia do Rio Sucuru; Região do Curimataú - Bacia do Rio Guandu; Região da Depressão Sertaneja - Bacia do Riacho de Santa Gertrudes; Região de Catolé do Rocha - Bacia do Rio Jericó.

Crítérios para seleção das comunidades - No ano de 1998, após já ter identificado as regiões representativas das diferentes características do semi-árido paraibano e a principal bacia hidrográfica, em cada uma delas, uma equipe multidisciplinar e interinstitucional visitou todas as comunidades rurais situadas dentro daquelas bacias hidrográficas e selecionou 10 (dez) comunidades rurais e 2 (dois) assentamentos rurais consideradas com as mais carentes. Cursos de capacitação como instrumento de aproximação com as comunidades - Praticamente, todas as comunidades selecionadas já tinham experimentado algum tipo de ação decorrente de programas governamentais. Porém, enquanto havia dinheiro algumas ações eram realizadas. À medida que os recursos iam escasseando, na mesma proporção, acontecia com as ações. Havia uma evidente decepção dos comunitários com os programas governamentais que nunca alcançaram as metas prometidas. Portanto, não havia clima para chegar nessas comunidades com mais uma promessa.

Como instrumento de aproximação da equipe do UFCG/PEASA e da Fundação PaqTcPB com as comunidades selecionadas foi oferecida, a eles, a oportunidade de escolher cursos de capacitação de interesse da comunidade. Cada comunidade poderia indicar até 10 cursos. Esses cursos possibilitaram o conhecimento mútuo entre a equipe e a comunidade permitindo, ainda, a identificação das principais lideranças formais e não-formais, as articulações e atritos políticos, suas vocações produtivas e uma primeira avaliação das condições sociais, econômicas, educacionais e culturais. A contrapartida da comunidade

nesses cursos era selecionar os alunos, organizar o local de realização, além de hospedar e dar a alimentação do instrutor. No primeiro ano, os cursos de treinamento e capacitação buscaram atender uma demanda local generalizada, mas a partir da identificação da vocação de cada uma delas, os treinamentos foram mais específicos visando atender aos objetivos da agroindústria a ser implantada.

Realização do diagnóstico socioeconômico e estudo de viabilidade técnica das vocações identificadas - Após a identificação da vocação das quatorze comunidades, em 1998, foi realizado o levantamento sócio/econômico das populações dessas comunidades, através do Diagnóstico Rápido Participativo – DRP. Com recurso financeiro do SEBRAE-PB/FINEP/PATME, e uma equipe formada por especialistas egressos do I Curso de Especialização em Agribusiness, foram realizados, através da Fundação PaqTcPB, os Estudos de Viabilidade Técnica Econômica - EVTE's das Unidades de Produção Agroindustrial daquelas comunidades. Realização de cursos de especialização em agribusiness - Com intuito de capacitar a equipe e os técnicos das instituições parceiras, dentro do referencial metodológico no qual está inserido o Programa que é o da visão sistêmica nas atividades agrícolas e agropecuárias, difundido pelo agribusiness, o PEASA/UFCG e a Fundação PaqTcPB, firmaram uma parceria com o Programa de Estudos dos Negócios dos Sistemas Agroindústrias – PENSA/FIA/FEA/USP que resultou, a partir de 1996, na realização de 3 (três) Cursos de Especialização - *lato sensu* – em Agribusiness e 1 (um) Curso de Aperfeiçoamento em Agribusiness, com apoio financeiro do CNPq, do BNB, do SEBRAE e da FAPESQ. Desde então, foram formados mais de 50 especialistas, gerando 40 monografias versando, basicamente, de estudos sobre as principais cadeias produtivas do Nordeste.

Inserção do projeto no Programa Paraibano de Tecnologia Apropriada – PPTA

Desde junho de 98, como um dos projetos inseridos no Programa Paraibano de Tecnologia Apropriada da Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia – PPTA/SICTCT-PB, o Programa de Implantação de Micros e Pequenas Agroindústrias no Semi-Árido Paraibano foi contemplado com 10 bolsas DTI (dois anos) e um EV (um ano) do Programa de Tecnologia Apropriada do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PTA/CNPq. Tais bolsas foram reduzidas para somente 6 (DTI), durante a renovação do Convênio com o CNPq, para o período de outubro/2001 a outubro/2003. No primeiro período 1998/2000, a equipe de bolsistas foi responsável pela elaboração dos Projetos técnico/econômico das 14 Unidades Agroindustriais que submetido ao Programa PRONAF Agroindústria do Ministério da Agricultura e Abastecimento, no ano de 1999, com o propósito de obter recursos para investimento e custeio, obteve parecer favorável junto aquele Programa.

Esse resultado foi comunicado pessoalmente ao Magnífico Reitor da UFPB pelo Coordenador do PRONAF Agroindústria – João Batista da Silva e pelo Diretor do Departamento de Infra-estrutura Rural da SDR – Laércio Nunes. Porém, a partir do momento que esse programa saiu da esfera do MA/SRD para o Ministério Extraordinário da Reforma Agrária, também todos os contatos entre o PEASA/UFCG e o MA/SRD foram suspensos. Desta forma, a Fundação PaqTcPB, o PEASA/UFCG, os parceiros e, principalmente, as comunidades envolvidas, tiveram frustradas suas expectativas quanto à obtenção dos recursos para a implantação das 14 Unidades Agroindustriais. Diante dessa realidade, a Fundação PaqTcPB e o PEASA, redimensionaram o Programa de Implantação de Micros e Pequenas Agroindústrias no Semi-Árido Paraibano, nos aspectos relativos às metas previstas para o início de funcionamento das agroindústrias, inicialmente de dois anos, a contar de junho/98.

O suporte financeiro para as atividades foi conseguido através de contratos e convênios obtidos pela Fundação PaqTcPB. No segundo período do Convênio 2001/2003, diante da redução do número de bolsistas e, principalmente a falta de contrapartida do Governo do Estado, ficando sobre a responsabilidade total da Universidade Federal de

Campina Grande, o apoio técnico, administrativo, logístico (transporte dos bolsistas + equipe), a Coordenação do Programa reduziu para 7 (sete) o número de comunidades atendidas.

Resultados e discussão

Inexistência de auto-estima nas comunidades rurais: as políticas do setor público voltadas para as comunidades rurais que desenvolvem atividades em nível de agricultura familiar são todas paternalistas. Logo não se preocupam em valorizar a cidadania e resgatar a auto-estima dessas comunidades. Reverter essa situação é um processo moroso e vem sendo conduzido com muita persistência e paciência pelo Programa.

Falta de incentivo para atividades de extensão: um Programa dessa natureza é eminentemente um programa de extensão. Identificadas as demandas das comunidades buscase dentro das diversas instituições, que atuam com P & D, qual tem a competência para melhor atender àquelas demandas. Um dos obstáculos encontrados para atender as demandas levantadas é a falta de apoio, principalmente, dos professores e técnicos das universidades, para implementá-las em campo. Programas de bolsas para pesquisadores e editais para realização de pesquisas existem. Porém, bolsas para quem faz extensão e editais para identificar e viabilizar o repasse de tecnologias e conhecimento gerados nas instituições de P & D para comunidades rurais, não existem.

Inexistência de uma política de C & T para a Agricultura Familiar: Apesar de todos os indicadores sociais das comunidades rurais que vivem no semi-árido paraibano apresentarem um baixo índice social, econômico, educacional e de saúde, ainda assim, vivem ali pessoas com potencial produtivo, como também, na maioria dos locais, há a possibilidade de desenvolver atividades econômicas rentáveis e ambientalmente sustentáveis. Por outro lado, as nossas instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento possuem conhecimento armazenado que poderiam contribuir na solução de muitos dos problemas vividos pelas comunidades rurais. O maior problema é que não existe uma política de C & T, específica para a agricultura familiar que permita a inovação tecnológica nesse setor e que possibilite pesquisar e desenvolver soluções para outras que, ainda, não existem respostas definitivas.

Política de crédito inacessível e inexecutável: a regra da política de crédito no Brasil é única para todo o país. As exigências para o acesso ao crédito são as mesmas, tanto para o mega empreendimento como para o micro empreendimento. Ou seja, questões diferentes são tratadas igualmente, quando deveriam ser tratadas com políticas diferenciadas. Atualmente, o crédito disponível para agricultura familiar é inacessível, devido às exigências de garantia real. Quando acessível, são inexecutáveis, pelo volume disponível que não possibilita aplicar o recurso no empreendimento rural e obter o retorno para quitar o débito. Portanto, é necessária uma mudança na política de crédito dirigida à agricultura familiar de modo que ela seja acessível e executável. Ou seja, uma política de crédito que empreste recursos suficientes para que as comunidades rurais possam alcançar um nível de qualidade de vida digna.

Barreiras legislativas para obtenção do certificado – SIF: A maioria dos produtos desenvolvidos pelos empreendimentos do Programa busca atender um nicho de mercado. Porém, num estado como a Paraíba, muitas vezes, esse mercado consumidor não é suficiente para tornar o empreendimento economicamente rentável. E mais, permitir que todos os associados do empreendimento tenham uma ótima qualidade de vida. Portanto, a alternativa é abrir canais de comercialização em todo o país e, para que isso seja possível é necessário ter o selo de inspeção do Sistema de Inspeção Federal – SIF e do Ministério da Saúde. Atualmente, as micros agroindústrias conseguem atender as exigências apenas quanto à qualidade e sanidade dos produtos, porém, não conseguem atender questões quanto as dimensões da estrutura física do empreendimento ou o volume de produção mínimo exigido.

3.6. Baixo nível educacional, econômico e social: Os Quadros 1 e 2 mostram as diferenças entre o perfil

do empreendedor de base tecnológica e o do empreendedor das comunidades rurais que estão sendo trabalhadas pelo Programa, exemplificando porque o processo para alcançar os primeiros resultados num empreendimento agroindustrial, em comunidades rurais do semi-árido paraibano, é bastante lento.

Quadro 1. Perfil dos Empreendedores

Empreendedores de base tecnológica	Empreendedores comunitários de agroindústria
Empresários individuais ou com dois ou três sócios	Empreendedores coletivos - comunitários
A grande maioria é classe média	A minoria é alfabetizada
A maioria concluiu o curso superior	Todos são os chamados excluídos sociais
Muitos contam com os pais e parentes no sustento até a consolidação do empreendimento	São arrimos de família ou ajudam na composição da renda familiar.
São jovens, solteiros, com no máximo 30 anos	São pessoas maduras, casadas, com mais de 30 anos
Todos sabem o que é uma incubadora	Ninguém sabe o que é uma incubadora

Quadro 2. Incubadora de base tecnológica versus agroindustrial

Incubadora de base tecnológica	Incubadora agroindústria
Empresários procuram a incubadora	A incubadora busca a comunidade
Os empresários precisam se adaptar a linguagem corrente nesse ambiente	A equipe da incubadora precisa se adaptar a linguagem dos empreendedores comunitários
Os empresários adaptam-se às regras da incubadora	A incubadora precisa adaptar-se à cultura das comunidades
Equipe técnica da incubadora: gerente, comercialização/ marketing, jurídica/contábil	Equipe técnica da incubadora agroindustrial: além daquelas da IBT precisa de uma equipe multidisciplinar .
Os empresários não precisam de capacitação em cooperativismo	Os comunitários precisam internalizar o espírito associativista
Incubadora de base tecnológica normalmente se situa dentro do perímetro urbano e as empresas dentro dela	Todas as empresas agroindustriais estão situadas fora do perímetro urbano e distantes da incubadora

Unidade de Beneficiamento da Fibrã do Sisal (*Agave sisalana*, Perr.) para Confecção de Artesanato de Cuiuiu – Barra de Santa Rosa/Pb - O objetivo dessa unidade é produzir artesanato que tenha como matéria prima o sisal. As ações ali realizadas permitiram a construção do Centro Artesanal de Cuiuiu, construído pela comunidade com material de construção doado pelo PEASA/UFCG e Sebrae/PB. O galpão com área de 80m² está equipado com máquinas, acessórios e mesas para confecção de festão, teares manuais para confecção de tapetes e manta. Pessoal capacitado, também, para confecção de peças manuais à base de sisal como adereços e pequenas peças artesanais para decoração. Os produtos já estão sendo comercializados em lojas especializadas de decorações e o Centro Artesanal foi selecionado, recentemente, para integrar o programa Caras do Brasil, do Grupo Pão de Açúcar.

Unidade de Cotonicultura Verticalizada em Jatobá, Município de Lagoa-PB - A comunidade tradicionalmente cultivava o algodão, vendido diretamente às usinas de beneficiamento de algodão. A inserção do projeto visa agregar valor ao algodão através da produção de peças artesanais. Daí foi construído um galpão equipado com um tear elétrico e

um manual, acessórios para confecção de artesanato em algodão e o pessoal capacitado para confeccionar redes e mantas de produto. Atualmente, está sendo feito um estudo para definição de uma linha de produtos a ser desenvolvida na comunidade rural de Jatobá.

Unidade de Produção de Ovos e Processamento de Carne de Galinha de Capoeira na Comunidade Poleiros – Barra de Santa Rosa/PB. A comunidade de Poleiros tinha como vocação produtiva a criação e venda de galinha e ovos caipira (ou capoeira), vendidos na feira do município sede – Barra de Santa Rosa. O projeto aproveitando a vocação da comunidade e em comum acordo com ela implantou o criatório de galinha de abate e postura utilizando a galinha da raça Label Rouge para abate e Caipira Negra para postura, ambas criadas de forma semi-intensiva. Atualmente o módulo de produção é composto de quatro galpões com capacidade para 400 aves cada, com equipamentos e piquete. O Projeto prevê a ampliação do módulo para 12 galpões. Hoje, são criadas somente galinhas de postura. Os ovos, já embalados, estão sendo comercializados, enquanto uma nova unidade de abate e processamento está sendo construída.

Unidade de Criação de Tilápias e Beneficiamento de Pescado na Comunidade de Recanto II, Jericó – PB - O assentamento rural de Recanto II pescava a tilápia de forma extensiva no açude Carneiro e vendia, o peixe *in natura*, a um intermediário que negociava o produto em Recife e Fortaleza. Como resultado do trabalho do PEASA/UFCG, juntamente com as instituições parceiras, atualmente a comunidade cria os peixes de forma intensiva (tanques-redes e tanques escavados) e comercializa o produto processado na forma de filé, almôndegas e lingüiça. Atualmente, está em fase de implantação um minicurtume de pele de peixe com recurso do BNB/ETENE e a construção de uma nova unidade de beneficiamento e a unidade de produção de artesanato produzido com couro de peixe. Com a conclusão dessas novas obras, a comunidade de Recanto II, terá um pequeno complexo agroindustrial para criação, processamento, comercialização do derivados de tilápias e produção de artesanatos confeccionados utilizando a pele de peixe.

Unidade de Processamento de Frutas para Elaboração de Polpa Congelada, na Comunidade de Fechado, Município de Patos – PB. A região sertaneja da Paraíba produz durante, praticamente, o ano todo, variados tipos de frutas, umbú, serigüela, cajarana, cajá, etc. Há, ainda, a produção de outras frutas como a goiaba, a acerola e a manga. Com o propósito de aproveitar essas frutas na época da safra e delas fazer a polpa, agregando valor e fazer a comercialização no período da entressafra, foi implantada a unidade de beneficiamento de polpa de frutas de Fechado. Hoje, se processa por semana 1.000kg de polpas de frutas, parte é vendida aos municípios da região para a merenda escolar e parte é comercializada pela COOAGRIL.

Unidade de Beneficiamento do Leite Caprino e Elaboração de seus Derivados na Comunidade Amparo - Amparo-PB - A Implantação desse projeto está sendo realizada com recurso financeiro do BNB. Foi construída a unidade física para a produção e processamento do leite caprino e capacitado o pessoal para lidar com o manejo do rebanho e o processamento do leite. O rebanho está sendo geneticamente melhorado para a aumentar a produtividade dos animais quanto à produção de leite. Enquanto este, está sendo comercializado pasteurizado e utilizado na produção do queijo e licor de leite de cabra. O processo de certificação da unidade para obtenção do SIF e poder ampliar a comercialização para outros Estados, através das grandes redes de supermercados, já está em andamento.

Projeto de Criação de Camarão Marinho em Tanques Escavados Abastecidos com Resíduos de Dessalinizador - Comunidade Poleiros - Barra de Santa Rosa-PB - A instalação de um dessalinizador num poço profundo, na comunidade de Poleiros, para obtenção da água potável trouxe benefício, por uma lado e, por outro lado, a produção do rejeito com alto teor de sal jogado diretamente no solo causou sérios problemas ao meio ambiente. A alternativa desenvolvida pela Fundação, juntamente, com o PEASA/UFCG foi a criação de camarão

marinho e tilápia utilizando o rejeito. Hoje, existem 10 tanques escavados: oito para criação de camarão e dois para peixe. O rejeito do dessalinizador, ainda é utilizado na irrigação de Atriplex (forrageira) e fruticultura (coco e maracujá).

Repercussões obtidas pelo Programa: prêmios obtidos - a) Primeiro Lugar – Prêmio Tecnologia Social da Fundação Banco do Brasil/2001. b) Prêmio Anprotec - Projeto Inovador do Ano – 2002. Repercussão na mídia: Revistas - “Cientistas da Esperança são premiados” – Revista Imprensa/dezembro 2001. “O sal e a multiplicação dos peixes” – Revista Diga lá/março de 2002. “Camarões de água salgada na caatinga” – Globo Rural/julho de 2002. “O milagre do sertão” – Dow Notícias/nov-dez-jan-fev/2003. – Televisão. Camarão do Sertão – Globo Rural/Julho de 2002 – reprisado em abril/ 2003. Tecnologia na terra do forró - Setembro de 2001. Brava Gente Brasileira exibido nos dias 13,14,15,16,17, e 19 de junho de 2003.

Conclusões

A possibilidade de favorecer aos comunitários rurais – envolvidos no Programa de Implantação de Micros e Pequenas Agroindústrias no Semi-Árido Paraibano – a oportunidade de provarem o sabor do sucesso é o traço maior que sublinha esta experiência. Trabalhar com a agricultura familiar de forma que ela seja o principal instrumento de inclusão social dessas comunidades é o maior desafio. Um desafio que derruba todas as práticas paternalistas criadas até então. E que, mesmo sem o apoio de políticas de C&T voltadas para o setor, não invalida a implantação dessas agroindústrias. Um desafio que devolve a dignidade e cidadania às populações rurais rodeadas pelo fantasma da seca, à medida que, começam a colher os frutos do seu trabalho através dos pequenos confortos que a renda gerada – com a comercialização dos produtos – pode lhes proporcionar. Frutos intangíveis, valores incalculáveis se aferidos, apenas, pelas lentes dos economistas. Tais valores são mensurados através do resgate da auto-estima dessas comunidades e podem ser comprovados, apenas, nos sorrisos de satisfação demonstrados, por eles mesmos, a cada conquista.

São esses aspectos o combustível que o Programa de Implantação de Micros e Pequenas Agroindústrias no Semi-Árido Paraibano recebe para continuar acreditando nos ideais para os quais foi criado. São esses aspectos os responsáveis para continuar lutando por este desafio. É a capacidade de enxergar a importância de pequenas conquistas – como a de dona Deusa (artesa), em ter conseguido comprar uma estante para sua sala, de dona DaPaz (agricultora) ter comprado seus aparelhos de som e televisão, de Fátima (artesa) poder se casar porque conseguiu mobiliar sua casa – a grande causa pela qual deve-se continuar lutando.

A implantação das micro e pequenas agroindústrias no semi-árido paraibano aponta para uma questão muito simples: a de que as populações oriundas do meio rural nordestino não querem mais as políticas paternalistas, em vigor a mais de 50 anos, para sobreviverem. O que essas populações precisam é, tão somente, de programas que identifiquem suas demandas, para que, em torno delas possam proporcionar a dignidade que a oportunidade de trabalhar possibilita a qualquer homem.

Referências bibliográficas

ABAG. Segurança Alimentar - Uma Abordagem de Agribusiness. São Paulo. Edições Abag. 1993

DAVIS, J. H. e GOLDBERG, R. A . A Concept of Agribusiness. Harvard University, 1957.

EGLER, C. A. G. & MOREIRA, E. R. F. de. Ocupação territorial. In: Atlas Geográfico do Estado da Paraíba. Secretaria de Educação. Governo do Estado da Paraíba e Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 1985.

EMBRAPA. Estudo dos circuitos de comercialização de produtos da agricultura familiar no semi-árido nordestino. Relatório metodológico. In: Apostila da disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa. 2º Curso de Especialização em Agribusiness. UFPB/PENSA. Campina Grande/PB.

FARINA, E. M. M. Q., ZYLBERSZTAJN, D. Competitividade e Organização de Cadeias Agroindustriais. Costa Rica: IICA, 63 p. 1994.

GIORDANO, S. R. Introdução ao Agribusiness do Semi-Árido. Notas de aula. Campina Grande, 1997.

MOREIRA, E. R. F. de. Mesorregiões e microrregiões da Paraíba, delimitação e caracterização. Gabinete do Planejamento e Ação Governamental, João Pessoa, 1989.

SAUTIER, D.; Gama da Silva, P.; Sabourin, E.; Caron, P.; Pinheiro de Araújo, F.; Coelho, R. C.; Miternique, S. O Diagnóstico Rápido dos Circuitos de Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar. Petrolina. CPATSA. 1997.